



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002359-78.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **LENISE DOS SANTOS OLIVEIRA**
 Requerido: **Luizaseg Seguros S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a parte autora alegou que adquiriu um aparelho de telefone e firmou com a ré no ato da compra do aparelho contrato de garantia estendida.

Argumento que durante a vigência dessa garantia estendia o aparelho teve problema de funcionamento.

Afirmou que a ré não o reparou alegando que o problema foi em razão de mau uso do aparelho.

Não concordando com os argumentos expendidos pela ré, almeja assim à restituição do valor do produto.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A preliminar arguida em contestação não merece acolhimento porque a solução do feito prescinde da realização de perícia, como adiante se verá.

Transparece incontroverso que a ré se recusou a consertar o aparelho adquirido pelo autor, justificando que o problema detectado derivou de mau uso por parte do mesmo, de sorte que haveria a exclusão de sua responsabilidade.

O argumento, porém, não a favorece.

Com efeito, o "parecer técnico" que fundamentou a negativa da ré está cristalizado a fl. 35/36, mas ele se limita a declinar que *"...Foi constatado que o conector USB danificado esta comprometendo seu funcionamento como mostrado nas fotos 1 e 2"*.

Todavia, não é possível precisar por qual razão concreta elas patenteariam a má da utilização do aparelho pelo autor.

Por outras palavras, a alegação que excluiria a responsabilidade da ré não foi acompanhada da indispensável comprovação que lhe desse respaldo.

Tocava a ré a demonstração pertinente, seja diante do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão presentes), seja na forma do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil (não sendo exigível que a autora fizesse prova de fato negativo), mas ela não se desincumbiu desse ônus.

Nesse sentido, limitou-se a salientar que houve mau uso do aparelho por parte do autor elencando possíveis causas *"Excluem-se da garantia os produtos que apresentam sinais de utilização inadequada, danos, exposição à umidade excessiva, à ação dos agentes da natureza ou imersão do produto em meio líquidos."* (fl. 35).

De outro lado, o fato do aparelho apresentar aparentemente oxidação – caso realmente isso tenha ocorrido, já que não há prova segura desse fato – não significa necessariamente que houve culpa exclusiva do autor, como se este houvesse, por exemplo, derrubado líquido sobre o aparelho ou fato semelhante.

Cabia à ré demonstrar de modo documental que o defeito no conector USB decorreu de causa que não fosse intrínseca ao próprio aparelho. Não o fez e deve arcar com as consequências.

O quadro delineado denota que a ré não logrou demonstrar por meios seguros que sua responsabilidade deveria ser afastada no caso e como restou incontroverso que o vício do produto não foi sanado em trinta dias se aplica a regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC.

O acolhimento da pretensão deduzida nesse contexto impõe-se.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 839,89, acrescida de correção monetária, a partir de março de 2015 (época da compra do produto), e juros de mora, contados da

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

citação.

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse do autor; decorrido tal prazo in albis, poderá o autor dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 12 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**